

CONTOS AMAZÔNICOS: OBRA REGIONAL OU REGIONALISTA?

Rossana Rossigali¹

RESUMO: O objetivo precípua do presente trabalho é deslindar a seguinte questão: a obra *Contos amazônicos*, de Inglês de Sousa, é regional ou regionalista? Para atingir tal propósito, os estudos de Pedro Barcia constituem-se na linha condutora da investigação. Para tanto, mister se faz esboçar uma visão geral do livro, para que se tenha um rol de elementos que possibilitem proceder a essa classificação. É necessário complementar essa visão geral com informações históricas, indispensáveis para o satisfatório entendimento de alguns contos, como, por exemplo, *Voluntário* e *O donativo do Capitão Silvestre*, procurando-se também, nesse contexto, observar a condição das personagens femininas na obra em apreço. Procura-se trabalhar, assim, na perspectiva de Ria Lemaire e Edgar de Decca, aliando a literatura à história.

PALAVRAS-CHAVE: *Contos amazônicos*; Inglês de Sousa; literatura regional/regionalista; região.

ABSTRACT: The main purpose of this work is to answer the following question: is the book *Contos amazônicos*, by Inglês de Sousa, regional or regionalistic? In order to achieve this objective, this paper is going to base on the studies of Pedro Barcia. To do so, it is necessary to have a general view of the book – so that the mentioned classification can be done – and to complement it with historical information, crucial to the satisfactory understanding of some short stories, such as *Voluntário* and *O donativo do Capitão Silvestre*, for example. In this context, the present text also examines the main female characters of the book, adopting the perspective of Ria Lemaire and Edgar de Decca, by combining History and Literature.

KEYWORDS: *Contos amazônicos*; Inglês de Sousa; regional/regionalistic literature; region

Inglês de Sousa e o Naturalismo

Herculano Marcos Inglês de Sousa (1853–1918) nasceu no Pará, na cidade de Óbidos, e faleceu no Rio de Janeiro. Foi advogado, jornalista, político e fundador da Academia Brasileira de Letras. Escreveu os romances *História de um pescador*, *O cacaulista* e *O coronel sangrado*, os dois últimos elogiados por Lúcia Miguel Pereira (1988), que lhes ressalta o poder de síntese, afirmando que, se ele tivesse continuado na mesma senda, teria construído uma obra extremamente relevante. Todavia, diante de suas outras ocupações, a

Contos amazônicos, dedicado a Sílvia Romero.

A referida crítica literária atesta que,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS), na linha de pesquisa Literatura, Cultura e Regionalidade, em Caxias do Sul (RS). Bolsista CAPES. Integrante do grupo de pesquisa Literatura: perspectivas e transformações (UCS). E-mail: rrossigali@yahoo.com.br.

considerada em conjunto, a obra de Inglês de Sousa apresenta-se como um documento social, fixando aspectos vários da Amazônia, da Amazônia do cacau e da pesca, região meio selvagem onde a vida era sempre uma luta, [...] luta do homem contra o homem e contra a natureza que o ameaça física e moralmente [...] O seu forte não foi a paisagem, em cuja descrição cai no vago ou na rotina. Assim, a impressão que menos consegue dar da Amazônia é a da natureza. [...] Os homens interessaram-no mais do que os cenários. [...] São excelentes as suas observações, completadas nos *Contos Amazônicos* por algumas anedotas e lendas que mostram o espírito popular cheio de superstições e temores do mistério. Temores provenientes em parte das selvas mal conhecidas, das águas profundas, da fauna que povoa umas e outras. Assim, a natureza surge melhor em seus livros como força dominadora e envolvente do que em si mesma (PEREIRA, 1988, p. 158).

Analogamente, Peregrino Jr. considera que as obras de Inglês de Sousa “obedecem a uma intenção geral: a de fixar cenas da vida do Amazonas. São em conjunto documento ecológico e sociológico importante, estudando a pesca, a extração do cacau, a vida política, religiosa e social do interior do Pará” (PEREGRINO JÚNIOR, 1969, p. 228).

Sua obra pertence à corrente literária Naturalista, sobre a qual, neste ponto, convém tecer considerações adicionais. Para Afrânio Coutinho, o que diferencia o Realismo do Naturalismo é “o aparato cientificista deste último, sua união à biologia e ao determinismo da herança e do ambiente” (COUTINHO, 1969, p. 5). O Naturalismo tenta representar a vida próxima à natureza, configurando-se no “Realismo fortalecido por uma teoria peculiar, de cunho científico, uma visão materialista do homem, da vida e da sociedade” (COUTINHO, 1969, p. 8). Para Sylvia Perlingeiro Paixão, essa visão materialista do homem e da vida constitui-se no sustentáculo “de temas sociais que valorizam a sociedade, sobretudo a camada dos oprimidos. [...] Para o Naturalismo, nada existe de sobrenatural, cabendo às leis científicas a explicação de todos os fenômenos da natureza” (PAIXÃO, 2004, p. X).

Em consonância com Peregrino Jr. (1969), houve quatro surtos regionalistas (nomenclatura que será discutida posteriormente) na Amazônia: o primeiro, marcado pelo Naturalismo, abrange as obras de Inglês de Sousa e José Veríssimo, ambos provenientes da mesma Óbidos; o segundo, influenciado por Euclides da Cunha, gerou Alberto Rangel; o terceiro, Raimundo Morais e uma geração de folcloristas, ensaístas e sociólogos; o quarto, contemporâneo do Modernismo e do Pós-modernismo, ensaístas e ficcionistas como Dalcídio Jurandir.

Contos amazônicos

A seguir, serão apresentados os contos, acrescidos de sucintos comentários que visam a elucidar o contexto histórico ao qual fazem referência. E qual a relevância dessa contextualização? Para Linda Hutcheon (1991), no século XIX, a literatura e a história eram concebidas como ramos da mesma árvore do saber. Subsequentemente, entretanto, a literatura e os estudos históricos passaram a ser disciplinas diferentes. De acordo com Ria Lemaire (2000), o positivismo imperante nos estudos literários tornava a obra fechada em si própria, tendo uma estrutura independente.

Paulatinamente, esse caráter hermético foi sendo abrandado, passando a haver uma abertura com relação à história. Antonio Celso Ferreira (2000) afirma que foi somente a partir dos anos 1960 que o caráter literário da escrita historiográfica começa a ser admitido, contrapondo-se ao racionalismo, ao cientificismo e à oposição arte/ciência ou ficção/verdade. A respeito desse entrecruzamento entre história e literatura, Ria Lemaire propõe que “a contextualização da literatura, a sua leitura e interpretação como parte integrante de contextos econômicos, políticos, sociais e culturais permitiu passar a primeira barra que separava o fato histórico dos fatos literários” (LEMAIRE, 2000, p. 10).

Em *Amor de Maria*, o narrador é um procurador. Conta a estória de Mariquinha, bela e popular garota de dezoito anos residente no povoado de Vila Bela, a qual se apaixona por Lourenço, filho do capitão Amâncio de Miranda. A fim de garantir o amor do inconstante rapaz, Mariquinha mistura no café dele um pouco de tajá, o qual, afinal, demonstrou ser um veneno mortífero.

Segundo Sylvia Perlingeiro Paixão, “sempre que possível, os contos refletem sobre a sujeição do homem às crendices e superstições, demonstrando assim o intuito de promover o saber científico” (PAIXÃO, 2004, p. XX). Afinal, deve-se ter em mente que Inglês de Sousa era positivista. Nesse sentido, o procurador afirma que “pena é que a Mariquinha não se julgasse bem armada com o feitiço de seus inolvidáveis encantos e se valesse de crendices tolas e de meios aconselhados pela ignorância, de mãos dadas com a superstição” (SOUSA, 2004, p. 42), e, mais adiante, “custa-me a acabar esta triste história, que prova quão perniciosa é a crença do nosso povo em feitiços e feitiçadeiras. O tajá inculcado à pobre moça, como infalível elixir amoroso, é um dos mais terríveis venenos vegetais do Amazonas” (SOUSA, 2004, p. 56).

E por falar em feiticeira, passemos ao conto homônimo, no qual o narrador organiza a fala de Estêvão, que relata a estória do tenente Antônio de Sousa, delegado de Óbidos, zombador das crendices populares. Em 1873, ao resolver um crime no Paranamiri, foi convidado pelo tenente Ribeiro, o maior fazendeiro da região, a passar alguns dias por lá. Ouvindo falar da conhecida feiticeira Maria Mucoim, não poupou esforços para conhecê-la, indo até seu sítio, numa sexta-feira.

Em uma cena que descreve uma conduta altamente violenta por parte da autoridade policial, o tenente usou de força física contra a magra idosa, a qual, auxiliada por vários animais, conseguiu fazê-lo fugir de sua casa. Ao voltar, trôpego, para o sítio do Ribeiro, deparou-se com a cheia colossais do Paranamiri. Avistando uma canoa onde pensara ter visto seu anfitrião, reúne as últimas forças para nadar até ela, onde afinal vislumbra...a Maria Mucoim.

O conto *O gado do Valha-me-Deus* é narrado por um vaqueiro, que descreve a procura de gado em locais remotos. A ele importa, como assinala Sylvia Perlingeiro Paixão, “a descrição dessa procura incansável e não propriamente a sua realização heroica. [...] O tapuio, o caboclo da região, não se deixa vencer pelo obstáculo e desafia o desconhecido e o atemorizante” (PAIXÃO, 2004, p. XXV). É pertinente notar que neste conto observa-se a vitória do animal sobre o homem.

O conto *Acauã* remete a uma ave de mau agouro. Relata a estória do capitão Jerônimo Ferreira, viúvo residente em S. João Batista de Faro, e de sua família. Em uma sexta-feira, dia considerado igualmente aziago, ele saiu para uma caçada – porém, além de nada encontrar, perdeu-se no caminho. Cabe, aqui, fazer uma observação sobre esse dia da semana, considerado infausto em outras oportunidades na literatura brasileira, como no já citado conto *A feiticeira* e também no conto *A Dança dos Ossos*, de Bernardo Guimarães.

Em meio a uma tempestade, ele ouve horríveis barulhos, oriundos do parto da cobra sucuriçu. Tremendamente assustado, Jerônimo cai à beira de uma porta (posteriormente reconhecida como de sua própria casa), o que assustou um pássaro que ali estava, o qual foi embora emitindo os sons “Acauã, Acauã”.

Ao recobrar os sentidos, o capitão acha na lagoa uma pequena canoa, dentro da qual encontrava-se um bebê. A criança, batizada como Vitória, foi adotada por ele e criada junto com sua filha Aninha, de dois anos de idade.

Na infância, Aninha era uma garota saudável, mas, ao atingir a adolescência, passou a ficar cada vez mais magra, enquanto Vitória apresentava uma constituição forte. Aos quinze anos, Vitória começou a se comportar de maneira suspeita, com ausências injustificadas.

Concomitantemente, Aninha tornava-se mais e mais abatida. Tempos depois, aceitou o pedido de casamento feito pelo filho de um fazendeiro do Salé. Todavia, na sequência desfez o compromisso sem uma explicação plausível, o que gerou, exceto por parte de Vitória, incontáveis comentários na vila, inclusive no sentido de que a menina estaria enfeitiçada. No ano seguinte, novo acerto de matrimônio, e nova quebra de promessa. Desta vez, entretanto, o pai não cedeu, e a cerimônia de casamento afinal se realizou, com a presença de Vitória paramentada com uma cabeleira feita de cobras e um olhar aterrorador para a noiva, que caiu sobre o altar, com o corpo tomado por convulsões e emitindo um lúgubre grito: “Acauã!”, grito que encontrou idêntica resposta em uma voz em cima do telhado.

No conto *O baile do judeu* é perceptível o preconceito contra os judeus, conforme se pode observar nos seguintes trechos: “[...] um dia lembrou-se o Judeu de dar um baile e atreveu-se a convidar a gente da terra, a modo de escárnio pela verdadeira religião de Deus Crucificado” (SOUSA, 2004, p. 103) e “toda a gente grada [...] entrava alegremente no covil de um inimigo da Igreja, com a mesma frescura com que iria visitar um bom cristão” (SOUSA, 2004, p. 104).

Ao baile acudiram diversas pessoas, dentre as quais a animadíssima recém-casada d. Mariquinhas, consorte do tenente-coronel Bento de Arruda. Às onze da noite, alguém tira d. Mariquinhas para uma dança bem movimentada: trata-se de um tipo cujas vestes escondem suas feições. Ao cair seu chapéu, revela-se, por fim, a verdadeira identidade do par da dama: era o boto, o qual, não obstante o sinal da cruz feito pelo militar, levou sua esposa para as águas do rio.

Sobre esse sinal da cruz, Deuziane de Vasconcelos Barbosa afirma que “mais uma vez é colocada em evidência a oposição entre Igreja Católica e o judeu representado pelo boto metamorfoseado” (BARBOSA, 2014, p. 17). Metamorfoseado em quem? Segundo ela, o boto, neste conto, apresenta-se de modo diferente de como geralmente é conhecido, sendo, na verdade, o próprio judeu, como Inglês de Sousa corroboraria em seu romance *O coronel sangrado*: “Também ninguém queria acreditar que o judeu de Vila-Bela era feiticeiro, e um belo dia tiraram-lhe o chapéu e viram que tinha a cabeça furada” (SOUSA, 2003, p. 126).

Para analisar os contos *O rebelde* e *A quadrilha de Jacó Patacho* é preciso situar historicamente os movimentos revoltosos denominados “Revolução de 1817” e “Cabanagem”. A título de curiosidade, Bella Jozef informa que, “por ocasião da revolta dos cabanos, um antepassado de Inglês de Sousa, José de Brito Inglês, foi ajudante-de-ordens do governador do Pará” (JOZEF, 1963, p. 5).

O rebelde é narrado por Luís, advogado, juiz, delegado e filho do português Guilherme da Silveira. Começamos com uma fala do protagonista Paulo da Rocha:

Nós, os rebeldes de 1817, tínhamos só do nosso lado a justiça da grande causa que defenderíamos, causa da humanidade, causa do futuro! [...] O nosso chefe foi preso, para mais tarde expiar ante as baionetas ao serviço d’El-Rei o crime de ser homem e de ser brasileiro (SOUSA, 2004, p. 144-145).

Para descobrir quem eram esses rebeldes, é necessário investigar esse movimento revoltoso dos tempos da Regência no Brasil. Voltemos, então, à primeira metade do século XIX.

Em 1808, fugindo de Napoleão Bonaparte, a Corte portuguesa veio para o Brasil, instalando-se no Rio de Janeiro. Entretanto, esse fato não apagou as divergências entre a Colônia e a Metrópole, que continuou a favorecer os interesses lusitanos. Houve aumento de impostos e críticas à estrutura militar, a qual guardava a hierarquia mais gabaritada para os portugueses. Além disso, no Nordeste existia a sensação de que o domínio político no Brasil passara de Lisboa, uma cidade estranha, para o Rio de Janeiro, outra cidade também estranha. Aliados ao desagrado proveniente da situação econômica, esses fatores contribuíram para a eclosão da Revolução em Pernambuco, em março de 1817, a qual se estendeu até maio do mesmo ano, envolvendo diversas parcelas populacionais, como comerciantes, juízes, militares, proprietários rurais e um expressivo contingente de sacerdotes, motivo pelo qual é cognominada “revolução dos padres”.

Esse movimento foi se espalhando de Recife para o sertão, além de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Todavia, os grupos que constituíam o levante possuíam distintos objetivos. Conforme assinala Boris Fausto,

para os grandes proprietários rurais, tratava-se de acabar com a centralização imposta pela Coroa e tomar em suas mãos o destino, se não da Colônia, pelo menos do Nordeste. Aquele era, aliás, um momento economicamente difícil, combinando a queda do preço internacional do açúcar e do algodão com a alta do preço dos escravos. [...] Para as camadas pobres da cidade, a independência estava associada à ideia de igualdade, uma igualdade mais para cima do que para baixo. [...] O desfavorecimento regional,

acompanhado de um forte antilusitanismo, foi o denominador comum dessa espécie de revolta geral de toda a área nordestina (FAUSTO, 1995, p. 128).

Foi proclamada a República e instaurada a igualdade de direitos e a tolerância religiosa – porém, a escravidão permaneceu. Na sequência, houve a reação portuguesa, com embates que mostravam tanto o despreparo quanto as divergências dos rebeldes, cujos líderes foram presos e executados.

Em *A quadrilha de Jacó Patato*, que trata do brutal ataque realizado na propriedade da família Salvaterra, o sobrinho de Antônio, narrador do conto, informa que “Félix Salvaterra tinha fama de rico e era português, duas qualidades perigosas em tempo de cabanagem” (SOUSA, 2004, p. 112). Por quê? Para aclarar essa questão, é preciso perscrutar esse outro movimento revoltoso do século XIX.

No período regencial, ocorrido após a abdicação de D. Pedro I, procurou-se dar certa autonomia às províncias, por intermédio do Ato Adicional de 1834, que alterava a Constituição de 1824. No entanto, os regentes terminaram por encorajar os desentendimentos entre as elites regionais, sendo que diversas revoltas aconteceram nessa época, como a Sabinada (Bahia), a Balaiada (Maranhão), a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul) e a Cabanagem (Pará).

A Cabanagem ocorreu entre 1835 e 1840, em uma região que era, em consonância com Boris Fausto,

frouxamente ligada ao Rio de Janeiro. A estrutura social não tinha aí a estabilidade de outras províncias, nem havia uma classe de proprietários rurais bem estabelecida. Era um mundo de índios, mestiços, trabalhadores escravos ou dependentes e uma minoria branca, formada por comerciantes portugueses e uns poucos ingleses e franceses. Essa minoria se concentrava em Belém, uma pequena cidade de 12 mil habitantes. Por aí escoava a modesta produção de tabaco, cacau, borracha e arroz. Uma contenda entre grupos da elite local, sobre a nomeação do presidente da província, abriu caminho para a rebelião popular. Foi proclamada a independência do Pará. Uma tropa cuja base se compunha de negros, mestiços e índios atacou Belém e conquistou a cidade, após vários dias de dura luta. A partir daí, a revolta se estendeu ao interior da província (FAUSTO, 1995, p. 165-166).

O jovem Eduardo Angelim configurou-se em um líder de destaque dos rebeldes, visto que era uma das poucas pessoas que sabiam escrever. Contudo, inexistia um programa norteador de suas ações. Não obstante o movimento contar com muitos escravos, a escravidão não foi extinta.

As táticas empregadas pelos cabanos tiravam proveito do conhecimento geográfico local. Conforme assevera Arthur Cézar Ferreira Reis,

conhecedores exímios dos menores detalhes da terra e dos cursos fluviais, usavam de técnicas apropriadas para as incursões que realizavam. Transportavam-se em embarcações de todos os portes, preferindo, todavia, as de menores proporções para escapar às perseguições dos legais. [...] Por toda a parte tinham adeptos fervorosos. Formavam multidões e eram recrutados nas classes mais humildes da população – mestiços, índios, negros escravos (REIS, 1995, p. 118).

Os cabanos eram contra os estrangeiros e os maçons, e a favor do catolicismo, da liberdade, de D. Pedro II, dos brasileiros e do Pará. Os seguintes excertos, retirados de *O Rebelde*, são representativos dessa assertiva: “– Nós batalhamos por ordem de Deus – disse um tapuio velho que mostrava ser o mais autorizado. – Queremos dar cabo dos marinheiros todos porque são maçons, inimigos dos santos e nos roubam o suor do nosso rosto” (SOUSA, 2004, p. 178); “Ouvimos distintamente o grito de guerra da cabanagem: - Mata marinheiro, mata, mata!” (SOUSA, 2004, p. 158).

E quem eram esses marinheiros? Para Boris Fausto, “não faltavam apelidos depreciativos para os portugueses, variando apenas de acordo com a época e a região: ‘marinheiros’, ‘pés-de-chumbo’, ‘marotos’, ‘caramurus’. Em represália, eles chamavam os brasileiros de ‘cabras’” (FAUSTO, 1995, p. 162).

Desse modo, conforme atesta Arthur Cézar Ferreira Reis, “o ódio contra o antigo dominador e seus descendentes era incrível” (REIS, 1995, p. 119), como se pode observar em mais esta passagem do aludido conto: “Inimigos encarniçados dos portugueses e dos maçons, os cabanos levavam a todas as povoações o morticínio e o roubo, não respeitando velhos, crianças nem mulheres” (SOUSA, 2004, p. 148).

Adotando um tom diferente em seu artigo *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*, Magda Ricci relata a evolução da historiografia sobre o assunto, propondo que, ao invés de circunscrito ao período regencial brasileiro, esse foi um evento muito mais vasto:

nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de ideias e de pessoas (RICCI, 2007, p. 6.)

Depois de cruéis embates, as tropas legalistas acabaram por vencer os revoltosos, com a destruição da economia e a morte de cerca de 20% do total estimado da população, ou seja, 30.000 pessoas.

Verifica-se, em *O rebelde*, o diálogo entre a Revolução de 1817 e a Cabanagem, sendo o elo a personagem Paulo da Rocha, que acabou por participar de ambos. Detecta-se, aqui, uma posição em favor dos desvalidos:

Paulo da Rocha dissertou longamente sobre as causas da cabanagem, a miséria originária das populações inferiores, a escravidão dos índios, a crueldade dos brancos, os inqualificáveis abusos com que esmagam o pobre tapuio, a longa paciência destes. Disse da sujeição em que jaziam os brasileiros, apesar da proclamação da independência do país, que fora um ato puramente político, precisando de seu complemento social. Mostrou que os portugueses continuavam a ser senhores do Pará, dispunham do dinheiro, dos cargos públicos, da maçonaria, de todas as fontes de influência, nem na política, nem no comércio o brasileiro nato podia concorrer com eles. Que, enquanto durasse o predomínio despótico do estrangeiro, o negro no sul e o tapuio no norte continuariam vítimas de todas as prepotências, pois que eram brasileiros, e como tais condenados a sustentar com o suor do rosto a raça dos conquistadores (SOUSA, 2004, p. 166-167).

Prosseguindo na análise dos contos, tem-se *O donativo do Capitão Silvestre* – que, segundo Bella Jozef (1963), é Silvestre José Rodrigues de Sousa, avô de Inglês de Sousa – e *Voluntário*, os quais demandam o esquadrinhamento histórico da “Questão Christie” e da “Guerra do Paraguai”, respectivamente.

No conto *Voluntário*, o narrador é um advogado que conta a estória de uma tapuia – ou seja, índia ou mestiça de índia – chamada Rosa. Já idosa e viúva, ela tecia redes e vivia com o filho Pedro, pescador de dezenove anos, benquisto na redondeza. O ano era 1865, época da Guerra do Paraguai.

Esse conflito, também conhecido como Guerra da Tríplice Aliança, estendeu-se de novembro de 1864 a março de 1870, envolvendo, de um lado, Brasil, Argentina e Uruguai, e, de outro, o Paraguai, cujas relações com o Brasil flutuavam, na primeira metade do século XIX, ao sabor das relações entre o Brasil e a Argentina, com períodos de aproximação e de afastamento. Os pontos de conflito, sob a ótica brasileira, referiam-se a questões eminentemente geopolíticas, referentes a fronteiras e à garantia de livre navegação dos rios, notadamente o Paraguai, importante acesso a Mato Grosso. Francisco Solano López, presidente paraguaio, pretendia acabar com o isolamento de seu país e marcar presença na

região – alia-se, assim, à facção dos *blancos* (conservadores), adversários dos *colorados* (liberais), no Uruguai, e aos inimigos do presidente Bartolomé Mitre, na Argentina. Aliás, conforme destaca Leslie Bethell, a insurgência dos *colorados*, em abril de 1863, liderada pelo general Venâncio Flores objetivando derrubar o governo dos *blancos*, eleito em 1860, “desencadeou a sequência dos acontecimentos que levaram à Guerra do Paraguai. A Argentina e o Brasil apoiaram a rebelião *colorada*” (BETHELL, 2012).

O conto *O donativo do Capitão Silvestre*, conforme já foi referido, aborda outro relevante acontecimento histórico datado também do começo da década de 1860. Trata-se da “Questão Christie”, alcunha do embaixador britânico no Brasil. Como explica Boris Fausto, nessa época

o governo imperial envolveu-se em vários incidentes com a Inglaterra. [...] Após a apreensão de navios mercantes brasileiros pela Marinha britânica estacionada no Rio de Janeiro, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra no início de 1863. Criou-se no país um clima de exaltação patriótica, incentivado também pelas notícias de que cidadãos brasileiros estavam sofrendo violências no Uruguai, onde os *blancos* se encontravam no poder. O governo do Império invadiu o Uruguai, em setembro de 1864, com o objetivo de ajudar a colocar os *colorados* no poder (FAUSTO, 1995, p. 212).

Esse clima de exaltação pode ser percebido no seguinte trecho de *O donativo do Capitão Silvestre*, que sintetiza o enredo do conto:

Correra uma faísca elétrica do Sul ao Norte do Império e a corda do sentimento de nacionalidade, adormecida desde as sangrentas lutas da nossa integração política, posteriores à independência, vibrou sonoramente no coração dos paraenses. [...] O governo imperial, receoso de uma luta armada com a Inglaterra, apelava para o patriotismo dos brasileiros, e [...] tratava o gabinete de S. Cristóvão de promover o armamento do país, e fora lembrado o meio das subscrições populares para remediar a carência de recursos no tesouro público. [...] As listas de subscrição enchiam-se com verdadeiro delírio. [...] Santo patriotismo popular, quantos heroísmos humildes e obscuros tens produzido nas épocas decisivas da nossa história! (SOUSA, 2004, p. 74-76).

Em dezembro de 1864, Solano López ataca o Mato Grosso, e solicita à Argentina permissão para passar por seu território para atacar os brasileiros no Rio Grande do Sul e no Uruguai. Com o pedido negado, o Paraguai declarou guerra à Argentina em março de 1865 e, em maio seguinte, o Tratado da Tríplice Aliança foi assinado pelos governos argentino, brasileiro e uruguaio.

Em consonância com Boris Fausto,

calcula-se entre 135 mil e 200 mil o número geral de brasileiros mobilizados, para uma população masculina estimada de 4,9 milhões, em 1865. As tropas foram organizadas com o Exército regular, os batalhões da Guarda Nacional e gente recrutada em sua maioria segundo os velhos métodos de recrutamento forçado que vinham da Colônia. Apesar disso, muitos foram integrados no corpo dos Voluntários da Pátria, como se tivessem se apresentado para combater por vontade própria (FAUSTO, 1995, p. 213).

O enredo de *Voluntário* orbita justamente em torno do recrutamento dos jovens da Amazônia, os quais faziam tudo o que estivesse ao seu alcance para não serem enviados para esse conflito: “[...] entre o povo miúdo o medo do recrutamento para voluntário da pátria foi tão intenso que muitos tapuios se meteram pelas matas e pelas cabeceiras dos rios e ali viveram como animais bravios sujeitos a toda a espécie de privações” (SOUSA, 2004, p. 8). Pedro, na condição de filho único de uma viúva, julgava-se isento desse perigo. Entretanto, o rapaz é arregimentado, a despeito dos esforços do advogado e do juiz local, fato que redundava na loucura da mãe.

Em conformidade com Francisco Doratioto (2004), os países envolvidos nesse conflito bélico, exceto a Argentina, sofreram sérias consequências econômicas. Conforme ressalta o brasilianista Leslie Bethell,

a Guerra do Paraguai não era inevitável. E nem era necessária. Mas só poderia ter sido evitada se o Brasil tivesse se mostrado menos categórico na defesa dos interesses de seus súditos no Uruguai, principalmente, se não tivesse feito uma intervenção militar em favor deles, se a Argentina tivesse se mantido neutra no conflito subsequente entre o Paraguai e o Brasil, e, sobretudo, se o Paraguai tivesse se conduzido com mais prudência, reconhecendo as realidades políticas da região e tentando defender seus interesses por meio da diplomacia, e não pelas armas. [...] Custou de 150.000 a 200.000 vidas (na maioria, paraguaios e brasileiros), no campo de batalha e por privações e doenças decorrentes da guerra (BETHELL, 2012).

A participação das mulheres na Guerra do Paraguai é pouco comentada. A ausência de menção a esse fato em *Contos amazônicos* reflete essa situação. A mulher mais famosa que participou desse conflito foi a enfermeira Ana Néri, conhecida como “mãe dos brasileiros”. Entretanto, consoante Maria Teresa Garritano Dourado (2004), várias brasileiras se envolveram no confronto, como as vivandeiras, que seguiam os batalhões vendendo artigos de primeira necessidade e, não raramente, prostituindo-se.

A Personagem Feminina

Após a exposição dos contos, cabe observar como a mulher foi retratada nos *Contos amazônicos*. Como assinala Sylvia Perlingeiro Paixão,

podemos notar a preocupação do autor em construir a personagem feminina como consequência do meio em que vive. Em relação à mulher, o Naturalismo parece tê-la forçado mais do que nunca a adoecer, e o ‘excesso de imaginação’, considerado pernicioso a ‘frágeis temperamentos’, fatalmente a tornava vítima da histeria ou da loucura. [...] As anomalias se sucedem sobretudo nas mulheres, personagens quase sempre emudecidas, que não falam, a não ser por sinais doentios, e só conseguem se salvar através do casamento. Fora isso, a danação, a loucura (PAIXÃO, 2004, p. XXI-XXII).

De fato, destinos tristes são reservados a algumas mulheres desta obra: em *O Rebelde*, a mãe de Luís é apresentada como alguém inerte, entregue a lamúrias. Dona Mariquinhas, de *O Baile do Judeu*, é levada pelo boto, não sem antes ter feito, sob pressão da mãe, um casamento de conveniência, pois preferia, na verdade, desposar Lulu Valente. É de se frisar que o casamento entre famílias ricas e burguesas constituía-se em uma forma de galgar a pirâmide social ou de manter o *status*.

Maria Mucum era temida como feiticeira. Entretanto, destaque-se que ela era uma mulher sem recursos, ex-caseira e possivelmente ex-amante do falecido vigário de Óbidos, como se pode interpretar tendo por base o seguinte fragmento:

depois que o reverendo foi dar contas a Deus do que fizera cá no mundo (e severas deviam ser, segundo se dizia), a tapuia retirou-se para o Paranamiri, onde, em vez de cogitar em purgar os seus grandes pecados, começou a exercer o hediondo ofício que sabeis, naturalmente pela certeza de já estar condenada em vida (SOUSA, 2004, p. 30).

A feiticeira, então, é uma mulher já excluída pela sociedade, que, adicionalmente, é perseguida por uma figura da lei, a qual se utiliza dessa hierarquia para desmascará-la. Outra “bruxa” espancada por autoridades é a tapuia do Lago da Francesa, que providenciou o tajá, posteriormente renomeado *Amor de Maria*: “morreu na cadeia, de maus-tratos” (SOUSA, 2004, p. 57). Aqui, percebe-se um toque do positivismo, via castigo exemplar do elemento não científico. Outra agressão foi infligida à tapuia Rosa, de *Voluntário*, que acaba enlouquecendo ante a partida do filho para a guerra:

não podia [...] desprender os braços e as pernas; as cordas eram sólidas e os nós apertados. Sozinha, abandonada no sítio deserto, exposta no terreiro, ferida e quase nua, aos raios ardentíssimos do sol, a velha Rosa, a boa e generosa velhinha, teria sucumbido miseravelmente, se por volta de meio-dia não tivesse ali chegado o vizinho Inácio Mendes (SOUSA, 2004, p. 17).

A violência contra as mulheres prossegue em outros contos. Júlia, filha de Paulo da Rocha, cognominado *velho do outro mundo*, tem uma infeliz sina, conforme explana Denise Simões Rodrigues:

preso ao juramento feito a Guilherme da Silveira, de defender o menino a qualquer preço, o velho do outro mundo será desafiado por Matias Paxiúba a entregá-lo ou a sua única filha, prisioneira do cabano, sofrerá as consequências, e seu destino, o mesmo das mulheres brancas em igual situação. O velho do outro mundo não conseguiu salvar sua filha do destino trágico que lhe estava reservado, mesmo com sua volta ao acampamento do bando (RODRIGUES, 2013, p. 259).

Além disso, também cabe sublinhar que Anica e sua mãe, Maria dos Prazeres, foram levadas pelos integrantes da quadrilha de Jacó Patacho, constituindo-se em mais um exemplo da violência contra a mulher que grassava no Brasil do século XIX, a qual, desafortunadamente, não ficou restrita àquele período histórico.

Obra Regional ou Regionalista?

Após a leitura completa dos *Contos amazônicos*, é possível ter-se uma visão de conjunto, e, em retrospecto, proceder-se a uma análise utilizando-se os parâmetros preceituados por Pedro Luis Barcia (2004). Destarte, conclui-se que a obra em apreço não é regionalista, uma vez que:

- a) não é melhorativa - apesar de, no conto *Amor de Maria*, o procurador afirmar que “[...] tudo vai que é de tirar a coragem e dar vontade de abalar destes ótimos climas, destas grandiosas regiões paraenses, ao pé das quais os outros países são como miniaturas mesquinhas” (SOUSA, 2004, p.43), trata-se de um comentário específico deste narrador, que não se aplica à obra como um todo;
- b) não é piorativa;
- c) não há idealização do homem amazônico;

- d) não está comprometida com as instituições, havendo, no decorrer do livro, sérias críticas a elas;
- e) não é isolacionista, e sim integradora;
- f) não há celebração de um passado glorioso, tampouco excessivas notas nostálgicas;
- g) não há uma tendência ao pitoresco;
- h) não se perde em meio a descrições;
- i) não há uma tendência ao exagero, à hipertrofia.

Conclui-se, então, que a obra é descritiva ou objetiva, pois adota a posição de que o regional não é bom nem mau: ele simplesmente é. Essa aceção corresponde à literatura regional.

Outro dado que corrobora essa proposição encontra-se no fato de que o livro em estudo situa o enredo em uma região de onde Inglês de Sousa vive “exilado” – lembre-se que ele residiu grande parte de sua vida fora de seu Pará natal. Destarte, *Contos amazônicos* é um produto da evocação e da lembrança de seu autor.

Considerações Finais

As leituras realizadas com o fito de investigar se *Contos amazônicos* é uma obra regional ou regionalista lançaram luz sobre conceitos que podem facilmente tornar-se nebulosos, aclarando, inclusive, a terminologia utilizada por autores consagrados, a qual, entretanto, necessitaria de uma revisão.

Após a leitura desses *Contos*, verifica-se a pertinência da assertiva de Wilson Martins, para quem “a obra de Inglês de Sousa é [...] um romance político e social por excelência. [...] O tema central [...] é a ‘vida do Amazonas’, não o ‘temperamento’ das personagens” (MARTINS, 2010, p. 31-32). Esse estudioso afirma, ainda, que o autor antecipa-se a Jorge Amado, em *Terras do sem fim*, com *O cacaulista* e *O coronel Sangrado*, que versam sobre a conquista das plantações de cacau.

Alguns aspectos de sua obra, entretanto, podem ser criticados. No conto *A feiticeira*, por exemplo, o enredo poderia ter sido mais bem trabalhado, sem a utilização de clichês. Não obstante pertencer a outra estética literária, qual seja, o Romantismo, Bernardo Guimarães (1825–1884) dá um tratamento bem mais elaborado a temática similar, ao contar a estória, de cunho igualmente sobrenatural, de Joaquim Paulista, emboscado e assassinado na mata, que

aparece aos viajantes formando parte por parte seu próprio esqueleto, no conto *A dança dos ossos*.

Às vezes a crítica pode ocorrer de maneira enfática, como é o caso de Peregrino Jr.:

a arte de Inglês de Sousa é simples, o estilo pobre, a fatura despretensiosa. O excesso naturalista de pormenores torna-lhe a obra cansativa e tediosa. Homem de observação e análise, só quando se liberta um pouco das regras rígidas do Naturalismo, esquecendo as leis da hereditariedade e do meio, é que se torna mais interessante, dando-lhe quadros palpitantes da vida social e humana das pequenas cidades do interior do Pará (PEREGRINO JÚNIOR, 1969, p. 228).

Lúcia Miguel Pereira, referindo-se a *O missionário*, também afirma que o naturalismo prestou um desserviço a Inglês de Sousa. Todavia, não obstante as dispensáveis repetições da alcunha “velho do outro mundo”, no conto *O rebelde*, não se encontra essa prolixidade em *Contos amazônicos* quando tomado em seu conjunto, nem se observa o mencionado caráter enfadonho neste livro, o último que publicou. O comentário de Aurélio Buarque de Holanda, que prefaciou a terceira edição do mesmo *O missionário*, é também válido para a obra em estudo: há “momentos de grande energia, de notável força pictural” (apud JOZEF, 1963, p. 119).

No tocante ao livro em apreço, Lúcia Miguel Pereira declara, com propriedade, que

rapidez e vivacidade não faltariam aos Contos amazônicos. [...] A narrativa, no esplêndido *Acuan* e no *Baile do Judeu* é feita com arte segura, aproveitando lendas locais para dar um prolongamento misterioso a fatos reais – ou verossímeis. No *Rebelde*, curta novela de grande intensidade, e na *Quadrilha de Jacó Patacho* vence o autor a prova difícil da ficção histórica; a personagem central do primeiro, um mulato, antigo revolucionário de 1817, possui impressionante destaque (PEREIRA, 1988, p. 166).

Observa-se, então, que alguns dos *Contos* trabalham de modo ficcional com fatos e personagens que realmente existiram. Por exemplo, é verídica a resistência ao recrutamento para servir na Guerra do Paraguai, sendo relatada por Vitor Izecksohn (2004) em dois casos: um em Icó, no Ceará, em 1866, que inclusive envolveu a morte de soldados, e outro em Pau d’Alho, em Pernambuco, em 1867. Assim como em *Voluntário*, “o pequeno Exército imperial centrava sua ação sobre aqueles que não contavam com nenhuma proteção: desocupados, migrantes, criminosos, órfãos e desempregados” (IZECKSOHN, 2004).

A propósito dessa relação entre literatura e história, nota-se que tanto uma quanto a outra

buscam estimular comportamentos e formas de pensamento desejados, propondo modelos e pondo em ação estratégias discursivas tais como a persuasão, a sedução, a verossimilhança, a credibilidade e a autoridade das palavras. Sendo assim, literatura e história, ao oferecer modelos de comportamento, participam do processo histórico, político e social da definição das identidades nacionais, sociais e individuais, seguindo trilhas ao mesmo tempo divergentes e paralelas” (LEMAIRE, 2000, p. 10-12).

Isso posto, é imprescindível, ainda, registrar que, “no que tange às representações ficcionais do século XIX em diante, é notável o modo como os espaços nacional e regional se territorializam, adquirindo, aos poucos, um *status* de autonomia: o primeiro, em relação a Portugal; o segundo, em relação à própria nação brasileira”, havendo, neste caso, “um nítido processo de afirmação das províncias e estados na perspectiva de marcar as suas particularidades geográficas, históricas e culturais” (ARENDT, 2010, p. 190). *Contos amazônicos* pertence à segunda categoria, criando um vínculo espacial e territorial ao conectar-se a um “espaço estrito e privilegiado de representação literária” (ARENDT, 2010, p. 190). Ao invés de “ênfatizar o reconhecimento do ‘território nacional’”, a obra em relevo confere “visibilidade a espaços em escala cada vez menor: as províncias e/ou estados e algumas de suas respectivas regiões” (ARENDT, 2010, p. 190) – no presente contexto, o Pará.

Aliás, o próprio termo “região” suscita intensas reflexões. Em primeira instância, não se pode pensar a região como algo natural. Ela transcende uma determinada realidade natural, sendo definida a partir de outros critérios. Para José Clemente Pozenato, “a região, sem deixar de ser em algum grau um espaço *natural*, com fronteiras *naturais*, é antes de tudo um espaço construído por decisão, seja política, seja da ordem das representações, entre as quais as de diferentes ciências” (POZENATO, 2003, p. 2). Além disso, Ligia Chiappini propugna que

a região descrita ou aludida não é apenas um lugar fisicamente localizável no mapa do país. O mundo narrado não se localiza necessariamente em uma determinada região geograficamente reconhecível, supondo muito mais um compromisso entre referência geográfica e geografia ficcional. Trata-se, portanto, de negar a visão ingênua da cópia ou reflexo fotográfico da região. Mas, ao mesmo tempo, de reconhecer que, embora ficcional, o espaço regional criado literariamente aponta, como portador de símbolos, para um mundo histórico-social e uma região geográfica existentes (CHIAPPINI, 1995, p. 158).

Essas representações encontram-se imbuídas de simbolismos que denotam estratégias de poder. Para Claude Raffestin, “toda construção de realidade é um instrumento de poder” (apud ARENDT, 2010, p. 190). Essa é uma questão há muito conhecida pelos historiadores, como indica Vavy Pacheco Borges: “Como se pode manipular, pelas mais diversas razões, o passado do homem, o passado de um povo, de uma nação!” (BORGES, 1986, p. 9). Aliás, Jorge Luis Borges (2007) estava plenamente ciente disso, e explorou essa ideia à perfeição no conto *Tema do traidor e do herói*, no qual discorre sobre como os fatos podem ser manipulados para atender a interesses específicos.

Ainda segundo Lúcia Miguel Pereira, em *Contos amazônicos* Inglês de Sousa “volta por vezes ao tom panfletário de *História de um pescador. O Rebelde e O Voluntário* (...) pertencem à literatura de combate, o autor tomando sempre o partido dos fracos, dos oprimidos” (PEREIRA, 1988, p. 166).

Infelizmente, é incrível a atualidade desse “discurso panfletário” em prol dos oprimidos, quando se sabe que, no Brasil, há não tão distantes décadas, índios foram literalmente marcados como gado, e, na mesma Amazônia de Inglês de Sousa, persistem os ataques a algumas áreas, em pleno século XXI. Finda a leitura de *Contos amazônicos*, conclui-se que, efetivamente, a literatura não é só expressão imaginária, visto que o texto literário também contribui para configurar uma determinada região. Resta, por fim, refletir sobre a indagação de Antonio Candido: qual a influência do meio social sobre a literatura, e quanto da literatura atua sobre o meio social?

REFERÊNCIAS

ARENDT, João Claudio. Do nacionalismo romântico à literatura regional: a região como pátria. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 28, 2010, p. 175-194. Disponível em <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/rev/issue/view/10/showToc>>. Acesso em 15 Set. 2015.

BARBOSA, Deuziane de Vasconcelos. A presença do judeu em *Contos Amazônicos*, de Inglês de Sousa. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*. Belo Horizonte, v. 8, n. 15, maio 2014, p. 1-22. Disponível em <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/maaravi/article/viewFile/6906/5887>>. Acesso em 20 Fev. 2016.

BARCIA, Pedro Luis. Hacia um concepto de la literatura regional. In: RIVERO, Gloria Videla de; CASTELLINO, Marta Elena (Ed.). *Literatura de las regiones argentinas*. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2004. p. 25-45.

BETHELL, Leslie. Todos contra o Paraguai. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. n. 79, Abril de 2012. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/todos-contra-o-paraguai>>. Acesso em 25 Fev. 2016.

BORGES, Jorge Luis. Tema do traidor e do herói. In: *Ficções*. Tradução Davi Arrigucci Jr.. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 116-120.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CHIAPPINI, Ligia. Do Beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 153-159. Disponível em <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1989/1128>>. Acesso em 06 Out. 2015.

COUTINHO, Afrânio. Realismo. Naturalismo. Parnasianismo. In: COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil – Vol. III: Realismo – Naturalismo – Parnasianismo*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1969. p. 1-16.

DORATIOTO, Francisco. América do Sul em armas. *Revista Nossa História*. n. 13, novembro de 2004. Disponível em <<http://www.docslide.com.br/documents/guerra-do-paraguai-revista-nossa-historia.html>>. Acesso em 26 Fev. 2016.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. Tropas femininas em marcha. *Revista Nossa História*. n. 13, novembro de 2004. Disponível em <<http://www.docslide.com.br/documents/guerra-do-paraguai-revista-nossa-historia.html>>. Acesso em 26 Fev. 2016.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERREIRA, Antonio Celso. A narrativa histórica na prosa do mundo. *Itinerários: Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários / UNESP*. Araraquara, n. 15-16, p. 133-140, 2000.

GUIMARÃES, Bernardo. *A dança dos ossos*. Disponível em <<http://www.nead.unama.br>>. Acesso em 02 Out. 2015.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

IZECKSOHN, Vitor. Recrutadas da pátria. *Revista Nossa História*. n. 13, novembro de 2004. Disponível em <<http://www.docslide.com.br/documents/guerra-do-paraguai-revista-nossa-historia.html>>. Acesso em 26 Fev. 2016.

JOZEF, Bella. *Inglês de Sousa: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir, 1963. (Coleção Nossos Clássicos, 72.)

LEMAIRE, Ria. O mundo feito texto. In: DECCA, Edgar Salvadori de; Ria Lemaire (Orgs.). *Pelas margens – outros caminhos da história e da literatura*. Campinas, Porto Alegre: Editora da Unicamp, Editora da Universidade – UFRGS, 2000. p. 9-13.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. Vol. IV (1877 – 1896). 3. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

MONTELO, Josué. A ficção naturalista. In: COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil – Vol. III: Realismo – Naturalismo – Parnasianismo*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1969. p. 63-82.

PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. Introdução. In: *Contos amazônicos*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. IX-XXVII.

PEREGRINO JÚNIOR, João. Ciclo nortista. In: COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil – Vol. III: Realismo – Naturalismo – Parnasianismo*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1969. p. 224-229.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Prosa de ficção (de 1870 a 1920): história da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

POZENATO, José Clemente. Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Edues, 2003. p. 1-10.

REIS, Arthur César Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. Vol. II: O Brasil monárquico, tomo 2: Dispersão e unidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 71-172.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo – Revista Digital de História do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói*, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 21 Fev. 2016.

RODRIGUES, Denise Simões. Heroísmo e vingança: a Amazônia revolucionária de Inglês de Sousa. *Antares: Letras e Humanidades, Caxias do Sul*, v. 5, n. 10, p. 246-262, jul-dez 2013. Disponível em <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/antares/article/viewFile/1728/1503>>. Acesso em 25 Fev. 2016.

SOUSA, Inglês de. *Contos amazônicos*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SOUSA, Inglês de. *O coronel sangrado* (Cenas da vida do Amazonas). Belém: EDUFPA, 2003 (Coleção Amazônia).

**Artigo recebido em fevereiro de 2017.
Artigo aceito em maio de 2017.**